

EXERCÍCIO 2022

PRESTAÇÃO DE CONTAS - GESTÃO



BALANÇO

FINANCEIRO



FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PREFEITURA DE
PARANATAMA
TRABALHANDO PELO BEM-ESTAR DA NOSSA GENTE

José Valmir Pimentel de Gois

PREFEITO



Documento Assinado Digitalmente por: JOSÉ VALMIR PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LÍMIA CAVALCANTE
Acesse em: <https://ctce.tce.pc.gov.br/epp/validadorDoc.seam> Código do documento: 10f69109-c442-464c-9d2a-3a15684e40b9



INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	18.626.195,13	16.344.979,38	Despesa Orçamentária (VI)	22.042.660,39	17.495.908,58
Ordinária	81.269,96	236.314,29	Ordinária	1.511.626,97	149.902,62
Vinculada	18.544.925,17	16.108.665,09	Vinculada	20.531.033,42	17.386.005,96
Recursos Educação	18.544.925,17	16.108.665,09	Recursos Educação	20.531.033,42	17.386.005,96
Recursos Saúde			Recursos Saúde		
Recursos Assistência Social			Recursos Assistência Social		
Recursos Vinculados ao RPPS			Recursos Vinculados ao RPPS		
Recursos Vinculados ao RGPS			Recursos Vinculados ao RGPS		
Outras Destinações de Recursos			Outras Destinações de Recursos		
(-) Deduções da Receita					
Transferências Recebidas (II)	3.757.742,27	1.983.785,99	Transferências Concedidas (VII)	898.319,87	680.759,48
Transferências Execução	3.757.742,27	1.983.785,99	Transferências Execução	898.319,87	680.759,48
Transferências Independentes			Transferências Independentes		
Transferências Aporte RPPS			Transferências Aporte RPPS		
Transferências Aporte RGPS			Transferências Aporte RGPS		
Recebimentos Extra Orçamentário(III)	2.563.788,76	2.014.894,05	Pagamentos Extra Orçamentário(VIII)	2.277.999,31	2.033.998,68
Restos A Pagar (Inscrição)	37.161,51	71.741,51	Restos A Pagar	70.914,35	283.332,28
RAP Não Processados		2.930,00	RAP Não Processados		
RAP Processados	37.161,51	68.811,51	RAP Processados	70.914,35	283.332,28
Depósitos Restituíveis	2.526.627,25	1.943.152,54	Depósitos Restituíveis	2.207.084,96	1.788.025,40
RPPS	970.518,24	1.076.947,36	RPPS	875.431,23	987.441,51
RGPS	447.938,20		RGPS	220.695,46	
Encargos		78.356,27	Encargos		
IRRF	215.975,98		IRRF	215.975,98	
ICMS		1.361,48	ICMS		
ISS		8.562,18	ISS		
Pensão Alimentícia	9.636,33		Pensão Alimentícia		
Assistência Saúde		732.776,33	Assistência Saúde		732.776,33
Retenções Empréstimos	837.492,29	45.148,92	Retenções Empréstimos	831.741,31	717,83
Outros	45.066,21		Outros	63.240,98	
Saldo do Exercício Anterior (IV)	510.983,11	357.890,43	Saldo do Exercício Anterior (IX)	239.729,70	510.983,11
Caixa e Equivalentes de Caixa	510.983,11	357.890,43	Caixa e Equivalentes de Caixa	239.729,70	510.983,11
Depósitos Restituíveis			Depósitos Restituíveis		
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	25.458.709,27	20.701.549,85	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	25.458.709,27	20.701.549,85

Documento assinado digitalmente por: JOSÉ VALMIR PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE
 Acesse em: https://www.paranatama.pe.gov.br/epp/validacao/DocId:184899

JOSÉ VALMIR PIMENTEL DE GOIS

LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE

ASSINATURA DO ORDENADOR DA DESPESA

ASSINATURA DO TESOUREIRO

ASSINATURA DO CONTADOR

Apresentação



As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município (DCON) contemplam a execução e a análise do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas tanto nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Contábil E-Pública, como nas respectivas Notas Explicativas. Durante a execução orçamentária e elaboração das demonstrações contábeis foram obedecidos os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através das seguintes Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP):

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público
NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação
NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação
NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NBC TSP 04	Estoques
NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente
NBC TSP 06	Propriedade para Investimento
NBC TSP 07	Ativo Imobilizado
NBC TSP 08	Ativo Intangível
NBC TSP 09	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa
NBC TSP 10	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público

Além dos normativos do CFC foram utilizados como base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª Edição publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objetivo da consolidação das contas nacionais através da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e a estrutura do “Contas Anuais” disponibilizada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

As demonstrações contábeis estão de acordo com as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) de números: 00 – Plano de transição para implantação da nova contabilidade; 01 – Transferências de saldos contábeis e controle de restos a pagar; 02 – Reconhecimento dos créditos tributários pelo regime de competência; 03 – Encerramento de contas contábeis no PCASP; 04 – Metodologia para elaboração do Balanço Patrimonial; 05 – Metodologia para elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais; 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro; 07 – Metodologia para elaboração do Balanço Orçamentário; 08 – Metodologia para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa; 10 – Contabilização de Consórcios Públicos; 11 – Contabilização de retenções; 12 – Contabilização de cessão de bens móveis e imóveis; 13 – Contabilização de cessão de direitos creditórios; 14 – Procedimentos contábeis relativos ao RPPS; e 15 – Depósitos judiciais e extrajudiciais.

Todos os demonstrativos foram adaptados para as exigências do Anexo X, XI, XII, XIII, XIV e XV da Resolução TCE-PE nº 189/2022, bem como foram criados “novos” demonstrativos exigidos pelo Anexo I como por exemplo: o demonstrativo da dívida flutuante (Anexo XVI) e o demonstrativo dos recursos vinculados a saúde e educação (Anexo XVIII), dentre outros.

Foram feitos ajustes na estrutura dos balanços para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Documento assinado digitalmente por: JOSE VALMIR PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE
Acesse em: https://www.tcepe.org.br/validador/validador.php?codigo_documento=10f69109-c442-464c-9d2a-3a15684e4409



Analisando os resultados de 2022, observamos que as receitas orçamentárias arrecadadas (correntes e de capital, exceto o refinanciamento da dívida) perfizeram **R\$ 18.626.195,13**, TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS **R\$ 3.757.742,27** RECEBIMENTOS EXTRAS ORÇAMENTÁRIOS **R\$ 2.563.788,76** SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR **R\$ 510.983,11**. Quanto às despesas orçamentárias (correntes e de capital, incluído o refinanciamento da dívida) totalizando **R\$ 22.042.660**, houve empenhamento ORDINÁRIO de **R\$ 1.511.626,97** e **R\$ 20.531.033,44** em DESPESAS VINCULADAS, TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS NA ORDEM DE **R\$ 898.319,87** e Extra-orçamentária **R\$ 2.277.999,31** SALDO DO EXERCÍCIO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE **R\$ 239.729,70**.

A seguir, são apresentadas as Notas Explicativas inerentes ao Balanço Financeiro de Forma a abordar os principais acontecimentos na rotina contábil do município.

EDNALDO FABIANO DOS SANTOS

Secretário de Educação



B) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:

Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TC nº 189/2022 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

b.2. Bases de mensuração utilizadas: O balanço financeiro foi elaborado sobre o regime misto (caixa para as receitas e competência para as despesas) conforme art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1 O caixa e equivalente de caixa: Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2 Créditos a curto prazo: Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo: São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4 Estoques: Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5 Ajuste para perdas dos créditos tributários: Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2022, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2022, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6 Imobilizado: O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7 Intangível: Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou



exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão: Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9 Passivo circulante e não circulante: As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10 Empréstimos e financiamentos: Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11 Provisões: As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12 Apuração do resultado: No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas: Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis: Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário. A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial.



C) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS

c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número,baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

Nota 1) RECEITA ORÇAMENTÁRIA: O valor total das receitas públicas arrecadadas no exercício de 2022 foi de **R\$ 18.626.195,13**.

Conforme Quadro Demonstrativo Abaixo:

INGRESSOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	18.626.195,13	16.344.979,38
Ordinária	81.269,96	236.314,29
Vinculada	18.544.925,17	16.108.665,09
Recursos Educação	18.544.925,17	16.108.665,09
Recursos Saúde		
Recursos Assistência Social		
Recursos Vinculados ao RPPS		
Recursos Vinculados ao RGPS		
Outras Destinações de Recursos		

(-) Deduções da Receita

Nota 2) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS: O valor contabilizado das transferênciasfinanceiras recebidas para execução orçamentária foi de **R\$ 3.757.742,27**.

Conforme Quadro Demonstrativo Abaixo:

Transferências Recebidas (II)	3.757.742,27	1.983.785,99
Transferências Execução	3.757.742,27	1.983.785,99
Transferências Independentes		
Transferências Aporte RPPS		
Transferências Aporte RGPS		

Nota 3) RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os ingressos extra-orçamentários totalizam R\$ 2.563.788,76, sendo R\$ 37.161,51 de restos a pagar e R\$ 2.526.627,25 de depósitos restitutíveis . **Conforme Quadro Demonstrativo Abaixo:**



Recebimentos Extra Orçamentário(III)	2.563.788,76	2.014.894,05
Restos A Pagar (Inscrição)	37.161,51	71.741,51
RAP Não Processados		2.930,00
RAP Processados	37.161,51	68.811,51
Depósitos Restituíveis	2.526.627,25	1.943.152,54
RPPS	970.518,24	1.076.947,36
RGPS	447.938,20	
Encargos		78.356,27
IRRF	215.975,98	
ICMS		1.361,48
ISS		8.562,18
Pensão Alimentícia	9.636,33	
Assistência Saúde		732.776,33
Retenções Empréstimos	837.492,29	45.148,92
Outros	45.066,21	

Nota 4) SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR: O valor disponível em bancos em 31/12/2021 foi de R\$ 510.983,11, em Caixa e Equivalentes de Caixa.

Saldo do Exercício Anterior (IV)	510.983,11	357.890,43
Caixa e Equivalentes de Caixa	510.983,11	357.890,43
Depósitos Restituíveis		

Nota 5) DESPESA ORÇAMENTÁRIA: A despesa orçamentária empenhada no exercício foi de R\$ 22.042.660,39. Os valores das despesas Orçamentárias estão distribuídas em despesas Ordinárias na Ordem de R\$ 1.511.626,97 e Despesa Vinculada na ordem de R\$ 20.531.033,42 conforme Quadro demonstrativo dos despêndios abaixo:

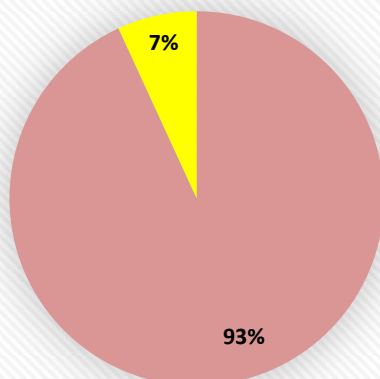
QUADRO DE DISPÊNDIOS POR FONTE DE RECURSO:

DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)	22.042.660,39	17.495.808,58
Ordinária	1.511.626,97	149.102,62
Vinculada	20.531.033,42	17.346.705,96
Recursos Educação	20.531.033,42	17.346.705,96
Recursos Saúde		
Recursos Assistência Social		
Recursos Vinculados ao RPPS		
Recursos Vinculados ao RGPS		
Outras Destinações de Recursos		



DESPESA VINCULADA

■ EDUCAÇÃO ■ ORDINÁRIA



Nota 6) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS: O valor das transferências financeiras concedidas foi de R\$ 898.319,87.

Transferências Concedidas (VII)	898.319,87	680.759,48
Transferências Execução	898.319,87	680.759,48
Transferências Independentes		
Transferências Aporte RPPS		
Transferências Aporte RGPS		

Nota 7) PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os desembolsos extra-orçamentários totalizaram R\$ 2.277.999,31. Deste valor os restos a pagar processados e não processados somam R\$ 70.914,35, enquanto os depósitos, consignações e valores restituíveis somam R\$ 2.207.084,96

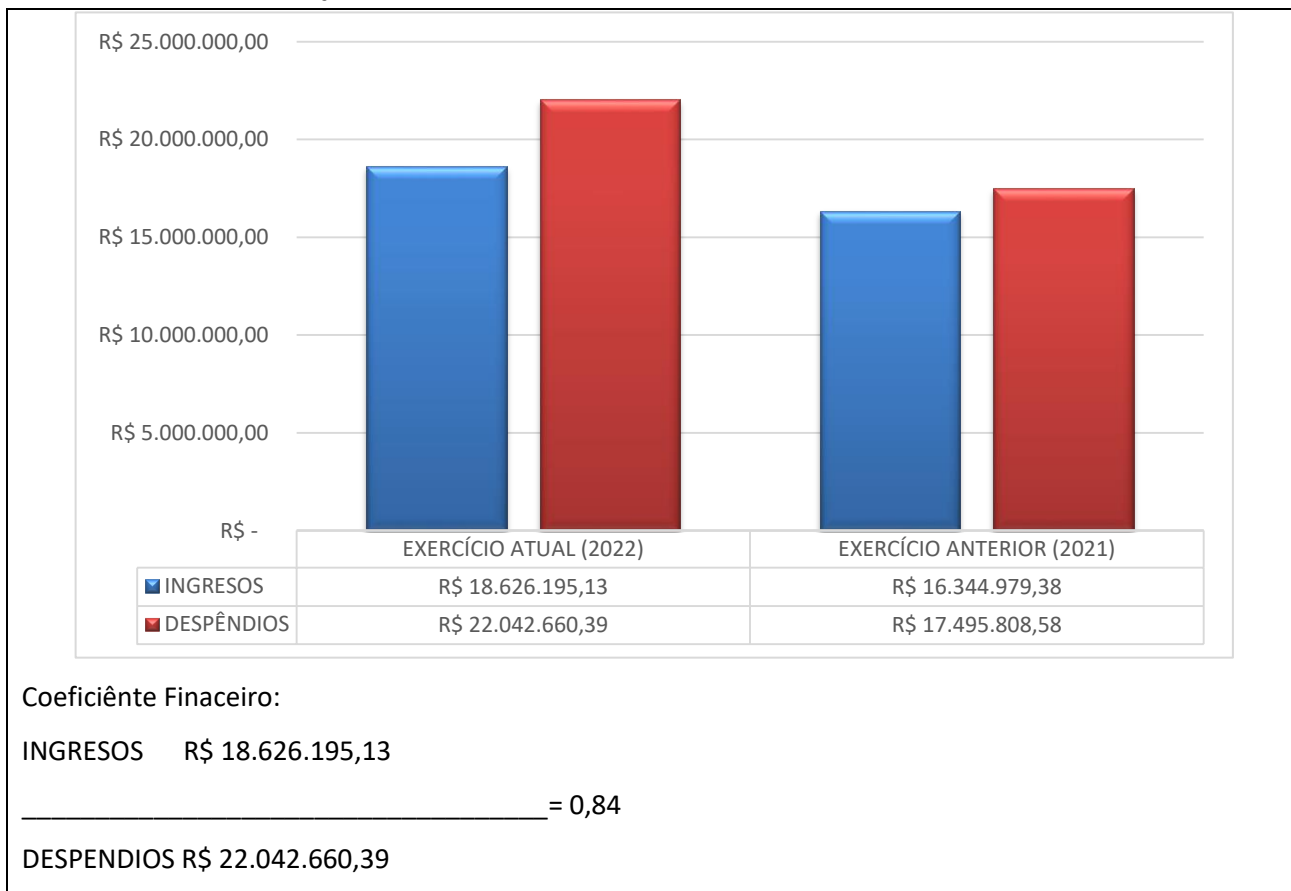
Pagamentos Extra Orçamentário(VIII)	2.277.999,31	2.013.998,68
Restos A Pagar	70.914,35	263.673,28
RAP Não Processados		
RAP Processados	70.914,35	263.673,28
Depósitos Restituíveis	2.207.084,96	1.750.325,40
RPPS	875.431,23	984.301,51
RGPS	220.695,46	
Encargos		
IRRF	215.975,98	
ICMS		
ISS		
Pensão Alimentícia		
Assistência Saúde		712.306,06
Retenções Empréstimos	831.741,31	53.717,83
Outros	63.240,98	

Nota 8) SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE: O valor disponível em bancos em 31/12/2022 foi de **R\$ 239.729,70** valores em Caixa e Equivalentes de Caixa. Já os valores recebidos em saldo ao final do exercício de 2021 foi **R\$ 510.983,11**. Estes valores encontram-se na linha "Investimentos e aplicações temporárias acurto prazo" no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.

Saldo do Exercício Anterior (IX)	239.729,70	510.983,11
Caixa e Equivalentes de Caixa	239.729,70	510.983,11
Depósitos Restituíveis		



Nota 9) Comparativo Financeiro: Os valores apresentam total equilíbrio tanto nos seus ingressos tanto no exercício atual como também no exercício anterior, conferidos e executados de forma transparente, confrontadas as bases orçamentárias do exercício de 2022.



D) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.
d.2.Divulgações não financeiras: Não se aplica a este demonstrativo.
d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro: Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.
d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não há o que registrar quanto a este demonstrativo

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

31/12/2021	31/12/2022
R\$ 0,00	R\$ 0,00
R\$ 0,00	R\$ 0,00



F) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

31/12/2021	31/12/2022
R\$ 0,00	R\$ 0,00
R\$ 0,00	R\$ 0,00

G) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XI DA RESOLUÇÃO TCE- PE Nº 190/2022 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA ECONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

G.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

G.2. Eventuais Ajustes relacionados às Retenções e Outras Operações que impactem no Balanço

Financeiro: As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.

H) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
AÇÃO	Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	O orçamento foi elaborado seguindo as normas estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, observando todos os princípios orçamentários e a Lei Federal nº 4320/64. As receitas da Câmara são originadas das receitas orçamentárias do Município, transferidas de recursos não vinculados e na forma de transferências para manutenção do poder legislativo.	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
2	Classificação da Receita Orçamentária A receita orçamentária da Câmara é classificada como transferência financeira	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
3	A despesa está distribuída em Classificação Institucional, Classificação funcional e pela natureza, distribuído em Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa, Elemento de Despesa e modalidade de aplicação.	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
4	O sistema orçamentário está interligado com o sistema contábil, oferecendo oportunidade para acompanhar a execução orçamentária através do sistema contábil.	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
5	Adoção dos Procedimentos contábeis Orçamentários	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
AÇÃO	1. Recolhimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE VALMIR PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE
Acesso em: <https://cctec.tec.pe.gov.br/ppp/va/validaDoc.seg> em Código do documento: 10f0d9-09-c441-464c-9d2b-3a15684e40b9

SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Preparação do sistema de informática utilizado pela Câmara para elaboração do Balanço Patrimonial evidenciando os créditos a receber	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
2	O Balanço Patrimonial é apresentado segundo as orientações do MCAPS, com o Ativo e o Passivo distribuído em Ativo Circulante e Ativo não Circulante Passivo Circulante e Passivo não Circulante. Demonstrando, ainda o Ativo e Passivo Financeiro e Permanente, segundo a Lei 4.320/64.	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
3	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de Créditos a receber	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
AÇÃO	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Reconhecimento e mensuração das obrigações com Fornecedores	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
2	Reconhecimento e mensuração das obrigações previdenciárias por Competênc	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
3	Sistema informatizado adequado à metodologia de registro de obrigações e provisões por competência	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
AÇÃO	3. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Verificar os ativos e passivos contingentes que devem ser lançados em contas de controle e em notas explicativas	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
AÇÃO	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Reconhecimnto e evidênciação dos bens móveis, avaliação e depreciação	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Concluída
2	Reconhecimnto e evidênciação dos bens imóveis, avaliação e depreciação	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
AÇÃO	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Obrigações e Provisões para o 13º salário Obrigações decorrentes do 13º salário, por competência, devidas a servidores efetivos, comissionados e contratados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Concluída
2	Obrigações e Provisões para férias Obrigações decorrentes de férias adquiridas, por competência, devidas a servidores efetivos, comissionados e contratados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Concluída
AÇÃO	6. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
SUBAÇÃO	PRODUTO	REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Empenhamento da Despesa por competência	Secretaria da Câmara	Realizado	Concluída
2	Processamento da Despesa por competência	Secretaria da Câmara	Realizado	Concluída
AÇÃO	7. Recolhimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Demais obrigações lançadas por competência	Secretaria da Câmara	a ser definido	Concluída
AÇÃO	8. Recolhimento, mensuração e evidenciação de software, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Mensuração e evidenciação de bens intangíveis Adequação do sistema para reconhecimento e contabilização dos bensintangíveis	Setor de Contabilidade	31/12/2022	Concluída



SINTESE TEÓRICA E METODOLÓGICA

Balanco Financeiro é uma demonstração contábil que apresenta as entradas e saídas de recursos em um determinado exercício, além dos saldos provenientes de exercícios anteriores e aqueles que serão acrescidos ao exercício seguinte. Engloba as **receitas e despesas orçamentárias e extraorçamentárias**.

O relatório é composto por um único quadro que mostra as movimentações financeiras de determinada entidade.

A demonstração possui quatro conjuntos de informação:

- As receitas e despesas do período classificadas por fonte/destinação de recurso, diferenciando as ordinárias das vinculadas.
- Receitas e pagamentos extraorçamentários.
- As transferências financeiras concedidas e recebidas.
- O saldo proveniente do exercício anterior e aquele repassado ao exercício seguinte.

O resultado financeiro do exercício não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro apurado no **Balanco Patrimonial**. Perceba que, uma variação positiva na disponibilidade do período pode ser provocada, por exemplo, por um aumento no endividamento do governo. Da mesma forma, uma variação negativa pode decorrer de uma redução da dívida pública. Portanto, a análise deve ser feita em conjunto com o Balanco Patrimonial, para evitar conclusões equivocadas.

A especificação da fonte ou destinação dos recursos serve para conhecermos a origem e a aplicação dos recursos financeiros.

A legislação estabelece que deverão ser detalhadas, no mínimo, as vinculações à educação, saúde, previdência social e assistência social.

Destinação vinculada: são as receitas ou despesas cuja aplicação dos recursos é definida em lei.

Destinação ordinária: receitas e despesas que podem ser livremente alocadas, sem uma destinação previamente definida.

Entradas e saídas extraorçamentárias: são recursos financeiros de caráter temporário, dos quais o Estado é mero agente depositário. Não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA). Exemplos: emissão de moeda, depósitos em caução, fianças, empréstimo consignado a servidor público.



Assim todas a informações foram consolidadas no exercício para que pudéssemos concluir o presente Balanço Financeiro.

PARANATAMA – PE, 31/12/2022.

EDNALDO FABIANO DOS SANTOS
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DE PARANATAMA

LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE
Contador

EXERCÍCIO 2022

PRESTAÇÃO DE CONTAS - GESTÃO

BALANÇO

FINANCEIRO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREFEITURA DE
PARANATAMA
TRABALHANDO PELO BEM-ESTAR DA NOSSA GENTE

José Valmir Pimentel de Gois

PREFEITO



Documento Assinado Digitalmente por: JOSÉ VALMIR PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LÍMIA CAVALCANTE
Acesse em: <https://ctce.tce.pc.gov.br/epp/validadorDoc.seam> Código do documento: 10f69109-c442-464c-9d2a-3a15684e40b9



Documento assinado digitalmente por: JOSÉ VALMIR PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE
 Acesso em: 01/01/2022 às 10:42:42 -464c-9d2a-3a15688440b9

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	1.277.254,77	399.873,73	Despesa Orçamentária (VI)	2.800.287,73	1.670.834,96
Ordinária	27.746,01	8.364,21	Ordinária	2.314.129,88	1.180.829,30
Vinculada	1.249.508,76	391.509,52	Vinculada	486.157,85	500.005,66
Recursos Educação			Recursos Educação		
Recursos Saúde			Recursos Saúde		
Recursos Assistência Social	1.249.508,76	391.509,52	Recursos Assistência Social	486.157,85	500.005,66
Recursos Vinculados ao RPPS			Recursos Vinculados ao RPPS		
Recursos Vinculados ao RGPS			Recursos Vinculados ao RGPS		
Outras Destinações de Recursos			Outras Destinações de Recursos		
(-) Deduções da Receita					
Transferências Recebidas (II)	1.651.666,82	1.271.429,60	Transferências Concedidas (VII)	5.614,65	
Transferências Execução	1.651.666,82	1.271.429,60	Transferências Execução	5.614,65	
Transferências Independentes			Transferências Independentes		
Transferências Aporte RPPS			Transferências Aporte RPPS		
Transferências Aporte RGPS			Transferências Aporte RGPS		
Recebimentos Extra Orçamentário(III)	120.183,21	233.443,06	Pagamentos Extra Orçamentário(VIII)	139.078,91	183.976,84
Restos A Pagar (Inscrição)	14.005,58	120.978,09	Restos A Pagar	39.014,09	16.653
RAP Não Processados	12.760,61	2.520,00	RAP Não Processados		
RAP Processados	1.244,97	118.458,09	RAP Processados	39.014,09	16.653
Depósitos Restituíveis	106.177,63	112.464,97	Depósitos Restituíveis	100.064,82	180,31
RPPS	3.563,28	63.183,26	RPPS	3.717,28	465,46
RGPS	64.954,43		RGPS	59.121,25	
Encargos		5.763,93	Encargos		
IRRF	8.475,10		IRRF	8.475,10	
ICMS		2.967,02	ICMS		
ISS	3.047,74	1.200,00	ISS		
Pensão Alimentícia	1.100,00		Pensão Alimentícia		
Assistência Saúde		37.142,28	Assistência Saúde		30,23
Retenções Empréstimos	24.211,48	2.208,48	Retenções Empréstimos	28.247,19	64,62
Outros	825,60		Outros	504,00	
Saldo do Exercício Anterior (IV)	181.210,44	70.775,85	Saldo do Exercício Anterior (IX)	285.333,95	181.210,44
Caixa e Equivalentes de Caixa	181.210,44	70.775,85	Caixa e Equivalentes de Caixa	285.333,95	181.210,44
Depósitos Restituíveis			Depósitos Restituíveis		
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	3.230.315,24	1.975.522,24	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	3.230.315,24	1.975.522,24

JOSÉ VALMIR PIMENTEL DE GOIS

LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE

ASSINATURA DO ORDENADOR DA DESPESA

ASSINATURA DO TESOUREIRO

ASSINATURA DO CONTADOR

Apresentação



As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município (DCON) contemplam a execução e a análise do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas tanto nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Contábil E-Pública, como nas respectivas Notas Explicativas. Durante a execução orçamentária e elaboração das demonstrações contábeis foram obedecidos os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através das seguintes Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP):

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público
NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação
NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação
NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NBC TSP 04	Estoques
NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente
NBC TSP 06	Propriedade para Investimento
NBC TSP 07	Ativo Imobilizado
NBC TSP 08	Ativo Intangível
NBC TSP 09	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa
NBC TSP 10	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público

Além dos normativos do CFC foram utilizados como base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª Edição publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objetivo da consolidação das contas nacionais através da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e a estrutura do “Contas Anuais” disponibilizada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

As demonstrações contábeis estão de acordo com as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) de números: 00 – Plano de transição para implantação da nova contabilidade; 01 – Transferências de saldos contábeis e controle de restos a pagar; 02 – Reconhecimento dos créditos tributários pelo regime de competência; 03 – Encerramento de contas contábeis no PCASP; 04 – Metodologia para elaboração do Balanço Patrimonial; 05 – Metodologia para elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais; 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro; 07 – Metodologia para elaboração do Balanço Orçamentário; 08 – Metodologia para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa; 10 – Contabilização de Consórcios Públicos; 11 – Contabilização de retenções; 12 – Contabilização de cessão de bens móveis e imóveis; 13 – Contabilização de cessão de direitos creditórios; 14 – Procedimentos contábeis relativos ao RPPS; e 15 – Depósitos judiciais e extrajudiciais.

Todos os demonstrativos foram adaptados para as exigências do Anexo X, XI, XII, XIII, XIV e XV da Resolução TCE-PE nº 189/2022, bem como foram criados “novos” demonstrativos exigidos pelo Anexo I como por exemplo: o demonstrativo da dívida flutuante (Anexo XVI) e o demonstrativo dos recursos vinculados a saúde e educação (Anexo XVIII), dentre outros.

Foram feitos ajustes na estrutura dos balanços para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Documento assinado digitalmente por: JOSE VALMIR PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE
Acesse em: https://www.tcepe.org.br/validador/validador.php?codigo_documento=10f69109-c442-464c-9d2a-3a15684e4409



Analisando os resultados de 2022, observamos que as receitas orçamentárias arrecadadas (correntes e de capital, exceto o refinanciamento da dívida) perfizeram **R\$ 1.277.254,77**, TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS **R\$ 1.651.666,82** RECEBIMENTOS EXTRAS ORÇAMENTÁRIOS **R\$ 120.183,21** SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR **R\$ 181.210,44**. Quanto às despesas orçamentárias (correntes e de capital, incluído o refinanciamento da dívida) totalizando **R\$ 2.800.287,73**, houve empenhamento ORDINÁRIO de **R\$ 2.314.129,88** e **R\$ 486.157,85** em DESPESAS VINCULADAS, TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS NA ORDEM DE **R\$ 5.614,65** e Extra-orçamentários **R\$ 139.078,91** SALDO DO EXERCÍCIO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE **R\$ 285.333,95**.

A seguir, são apresentadas as Notas Explicativas inerentes ao Balanço Financeiro de Forma a abordar os principais acontecimentos na rotina contábil do município.

LAISE LEONEL PEREIRA LOPES

SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



a) a) Informações Gerais:

Nome do órgão ou entidade: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PARANATAMA
Natureza jurídica (conforme código da RFB): 124-4 - Município.
CNPJ 15.303.378/0001-31
Domicílio do órgão ou entidade: PRAÇA JOÃO CORREIA DE ASSIS, 4 - CENTRO. CEP 55.355-000- PARANATAMA - PE
Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124- 4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além dos repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). A população estimada pelo IBGE é de 11.608 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 0,6.
Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64 atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
Dados do gestor (Prefeito do Município): Nome: JOSÉ VALMIR PIMENTEL DE GOIS. Cargo: Prefeito. Período de gestão: 01/01/2022 a 31/12/2022
DADOS DO GESTORA DO FUNDO: NOME: LAISE LEONEL PEREIRA LOPES
Dados do contador da Prefeitura e demais Fundos responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, consolidação e elaboração das notas explicativas: Nome: Luiz Paulo de Lima Cavalcante - CRC-PE 018.791-O - CPF: 007.915.494-88 - lplc.contabil@gmail.com
Dados do Controlador Geral do Município: Nome: Victor Leonardo Resende Bezerra - CPF: 703.565.814-40 - RG: 8.874.088 - victorleonardo1611@hotmail.com
Nome do Software de Contabilidade utilizado no município: TIN – Tecnologia da informação em Nuvens : e-CONTP
Endereço eletrônico do Portal da Transparência: http://www.paranatama.pe.gov.br/transparencia

Documento Assinado Digitalmente por: JOSÉ VALMIR PIMENTEL DE GOIS - LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/portal-da-transparencia>



B) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:

Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TC nº 189/2022 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

b.2. Bases de mensuração utilizadas: O balanço financeiro foi elaborado sobre o regime misto (caixa para as receitas e competência para as despesas) conforme art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1 O caixa e equivalente de caixa: Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2 Créditos a curto prazo: Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo: São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4 Estoques: Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5 Ajuste para perdas dos créditos tributários: Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2022, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2022, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6 Imobilizado: O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7 Intangível: Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou



exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão: Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9 Passivo circulante e não circulante: As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10 Empréstimos e financiamentos: Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11 Provisões: As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12 Apuração do resultado: No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas: Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis: Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário. A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial.



C) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS

c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número,baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

Nota 1) RECEITA ORÇAMENTÁRIA: O valor total das receitas públicas arrecadadas no exercício de 2022 foi de **R\$ 1.277.254,77**.

Conforme Quadro Demonstrativo Abaixo:

INGRESSOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	1.277.254,77	399.873,73
Ordinária	27.746,01	8.364,21
Vinculada	1.249.508,76	391.509,52
Recursos Educação		
Recursos Saúde		
Recursos Assistência Social	1.249.508,76	391.509,52
Recursos Vinculados ao RPPS		
Recursos Vinculados ao RGPS		
Outras Destinações de Recursos		
(-) Deduções da Receita		

Nota 2) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS: O valor contabilizado das transferênciasfinanceiras recebidas para execução orçamentária foi de **R\$ 1.651.666,82**.
Conforme Quadro Demonstrativo Abaixo:

Transferências Recebidas (II)	1.651.666,82	1.271.429,60
Transferências Execução	1.651.666,82	1.271.429,60
Transferências Independentes		
Transferências Aporte RPPS		
Transferências Aporte RGPS		

Nota 3) RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os ingressos extra-orçamentários totalizam R\$ 120.183,21, sendo R\$ 14.005,58 de restos a pagar e R\$ 106.177,63 de depósitos restitutíveis . **Conforme Quadro Demonstrativo a seguir:**



Recebimentos Extra Orçamentário(III)	120.183,21	233.443,06
Restos A Pagar (Inscrição)	14.005,58	120.978,09
RAP Não Processados	12.760,61	2.520,00
RAP Processados	1.244,97	118.458,09
Depósitos Restituíveis	106.177,63	112.464,97
RPPS	3.563,28	63.183,26
RGPS	64.954,43	
Encargos		5.763,93
IRRF	8.475,10	
ICMS		2.967,02
ISS	3.047,74	1.200,00
Pensão Alimentícia	1.100,00	
Assistência Saúde		37.142,28
Retenções Empréstimos	24.211,48	2.208,48
Outros	825,60	

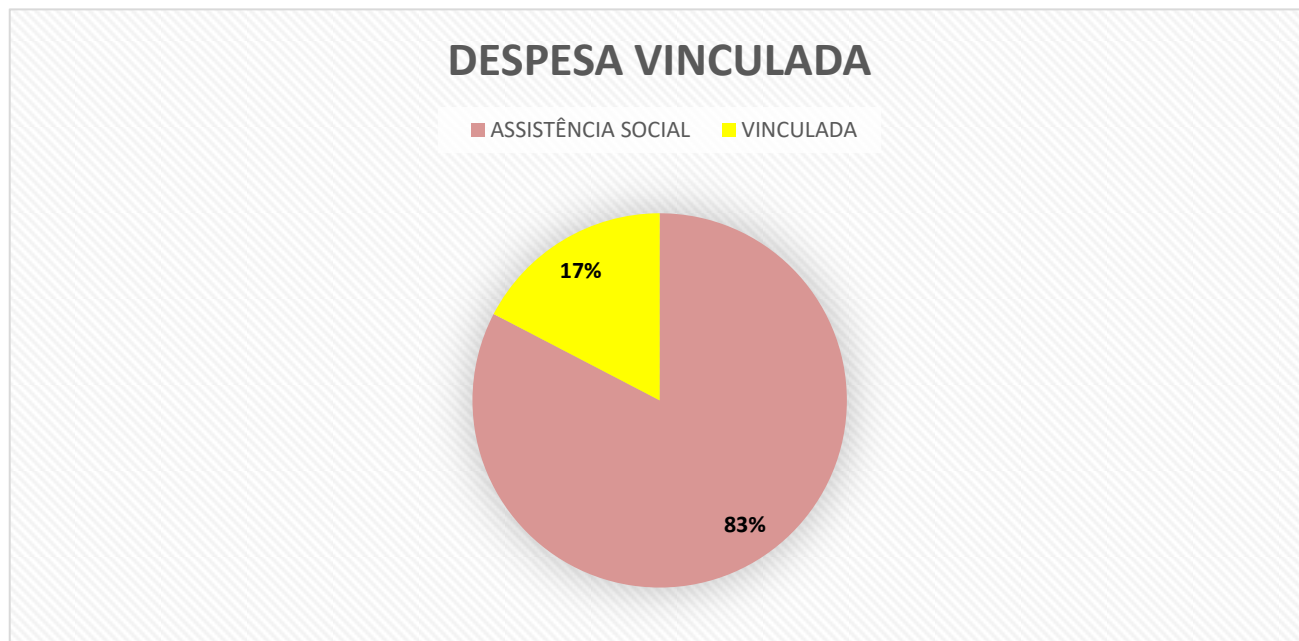
Nota 4) SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR: O valor disponível em bancos em 31/12/2021 foi de R\$ 181.210,44, em Caixa e Equivalentes de Caixa.

Saldo do Exercício Anterior (IV)	181.210,44	70.775,85
Caixa e Equivalentes de Caixa	181.210,44	70.775,85
Depósitos Restituíveis		

Nota 5) DESPESA ORÇAMENTÁRIA: A despesa orçamentária empenhada no exercício foi de R\$ 2.800.287,73. Os valores das despesas Orçamentárias estão distribuídas em despesas Ordinárias na Ordem de R\$ 2.314.129,88 e Despesa Vinculada na ordem de R\$ 486.157,85 conforme Quadro demonstrativo dos despêndios abaixo:

QUADRO DE DISPÊNDIOS POR FONTE DE RECURSO:

DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)	2.800.287,73	1.670.734,96
Ordinária	2.314.129,88	1.150.129,30
Vinculada	486.157,85	520.605,66
Recursos Educação		
Recursos Saúde		
Recursos Assistência Social	486.157,85	520.605,66
Recursos Vinculados ao RPPS		
Recursos Vinculados ao RGPS		
Outras Destinações de Recursos		



Nota 6) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS: O valor das transferências financeiras concedidas foi de R\$ 5.614,65.

Transferências Concedidas (VII)	5.614,65
Transferências Execução	5.614,65
Transferências Independentes	
Transferências Aporte RPPS	
Transferências Aporte RGPS	

Nota 7) PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os desembolsos extra-orçamentários totalizaram R\$ 139.078,91. Deste valor os restos a pagar processados e não processados somam R\$ 39.014,09, enquanto os depósitos, consignações e valores restituíveis somam R\$ 100.064,82.

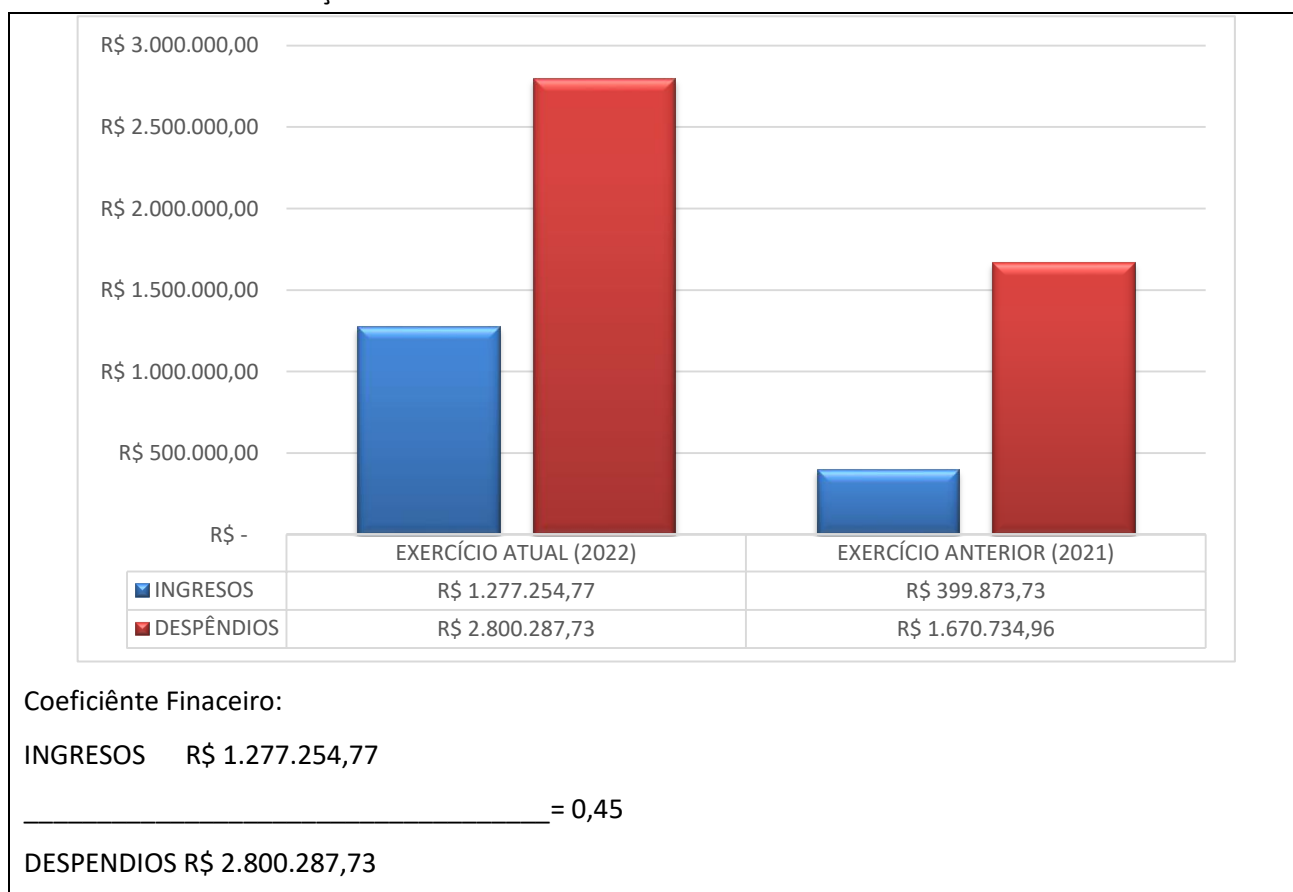
Pagamentos Extra Orçamentário(VIII)	139.078,91	123.576,84
Restos A Pagar	39.014,09	29.916,53
RAP Não Processados		
RAP Processados	39.014,09	29.916,53
Depósitos Restituíveis	100.064,82	93.660,31
RPPS	3.717,28	58.465,46
RGPS	59.121,25	
Encargos		
IRRF	8.475,10	
ICMS		
ISS		
Pensão Alimentícia		
Assistência Saúde		34.530,23
Retenções Empréstimos	28.247,19	664,62
Outros	504,00	

Nota 8) SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE: O valor disponível em bancos em 31/12/2022 foi de **R\$ 285.333,95** valores em Caixa e Equivalentes de Caixa. Já os valores recebidos em saldo ao final do exercício de 2021 foi **R\$ 181.210,44**. Estes valores encontram-se na linha "Investimentos e aplicações temporárias acurto prazo" no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.



Saldo do Exercício Anterior (IX)	285.333,95	181.210,44
Caixa e Equivalentes de Caixa	285.333,95	181.210,44
Depósitos Restituíveis		

Nota 9) Comparativo Financeiro: Os valores apresentam total equilíbrio tanto nos seus ingressos tanto no exercício atual como também no exercício anterior, conferidos e executados de forma transparente, confrontadas as bases orçamentárias do exercício de 2022.



D) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.
d.2.Divulgações não financeiras: Não se aplica a este demonstrativo.
d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro: Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.
d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não há o que registrar quanto a este demonstrativo

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO



POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

31/12/2021	31/12/2022
R\$ 0,00	R\$ 0,00
R\$ 0,00	R\$ 0,00

F) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

31/12/2021	31/12/2022
R\$ 0,00	R\$ 0,00
R\$ 0,00	R\$ 0,00

G) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XI DA RESOLUÇÃO TCE- PE Nº 190/2022 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA ECONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

G.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

G.2. Eventuais Ajustes relacionados às Retenções e Outras Operações que impactem no Balanço

Financeiro: As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.

H) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIP-CP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
AÇÃO	Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	O orçamento foi elaborado seguindo as normas estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, observando todos os princípios orçamentários e a Lei Federal nº 4320/64. As receitas da Câmara são originadas das receitas orçamentárias do Município, transferidas de recursos não vinculados e na forma de transferências para manutenção do poder legislativo.	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
2	Classificação da Receita Orçamentária A receita orçamentária da Câmara é classificada como transferência financeira	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
3	A despesa está distribuída em Classificação Institucional, Classificação funcional e pela natureza, distribuído em Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa, Elemento de Despesa e modalidade de aplicação.	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
	O sistema orçamentário está interligado com o sistema contábil,			



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE VALMIR PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE
Acesse em: <https://stcdce.p4.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 10160109-442-164c-9d1-a-311568-440b9

4	oferendo oportunidade para acompanhar a execução orçamentária através do sistema contábil.	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
5	Adoção dos Procedimentos contábeis Orçamentários	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
AÇÃO	1. Recolhimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Preparação do sistema de informática utilizado pela Câmara para elaboração do Balanço Patrimonial evidenciando os créditos a receber	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
2	O Balanço Patrimonial é apresentado segundo as orientações do MCAPS, com o Ativo e o Passivo distribuído em Ativo Circulante e Ativo não Circulante Passivo Circulante e Passivo não Circulante. Demonstrando, ainda o Ativo e Passivo Financeiro e Permanente, segundo a Lei 4.320/64.	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
3	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de Créditos a receber	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
AÇÃO	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Reconhecimento e mensuração das obrigações com Fornecedores	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
2	Reconhecimento e mensuração das obrigações previdenciárias por Competênc	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
3	Sistema informatizado adequado à metodologia de registro de obrigações e provisões por competência	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
AÇÃO	3. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Verificar os ativos e passivos contingentes que devem ser lançados em contas de controle e em notas explicativas	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
AÇÃO	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Reconhecimnto e evidênciação dos bens móveis, avaliação e depreciação	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Concluída
2	Reconhecimnto e evidênciação dos bens imóveis, avaliação e depreciação	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
AÇÃO	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Obrigações e Provisões para o 13º salário Obrigações decorrentes do 13º salário, por competência, devidas a servidores efetivos, comissionados e contratados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Concluída
2	Obrigações e Provisões para férias Obrigações decorrentes de férias adquiridas, por competência, devidas a servidores efetivos, comissionados e contratados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Concluída
AÇÃO	6. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
SUBAÇÃO	PRODUTO	REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Empenhamento da Despesa por competência	Secretaria da Câmara	Realizado	Concluída
2	Processamento da Despesa por competência	Secretaria da Câmara	Realizado	Concluída
AÇÃO	7. Recolhimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Demais obrigações lançadas por competência	Secretaria da Câmara	a ser definido	Concluída
AÇÃO	8. Recolhimento, mensuração e evidenciação de software, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.			



SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Mensuração e evidenciação de bens intangíveis Adequação do sistema para reconhecimento e contabilização dos bensintangíveis	Setor de Contabilidade	31/12/2022	Concluída

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE VALMIR PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE
Acesso em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 10fd9109-c442-464c-9d2a-3a15684e40b9

SINTESE TEÓRICA E METODOLÓGICA

Balanço Financeiro é uma demonstração contábil que apresenta as entradas e saídas de recursos em um determinado exercício, além dos saldos provenientes de exercícios anteriores e aqueles que serão acrescidos ao exercício seguinte. Engloba as **receitas e despesas orçamentárias e extraorçamentárias**.

O relatório é composto por um único quadro que mostra as movimentações financeiras de determinada entidade.

A demonstração possui quatro conjuntos de informação:

- As receitas e despesas do período classificadas por fonte/destinação de recurso, diferenciando as ordinárias das vinculadas.
- Receitas e pagamentos extraorçamentários.
- As transferências financeiras concedidas e recebidas.
- O saldo proveniente do exercício anterior e aquele repassado ao exercício seguinte.

O resultado financeiro do exercício não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro apurado no **Balanço Patrimonial**. Perceba que, uma variação positiva na disponibilidade do período pode ser provocada, por exemplo, por um aumento no endividamento do governo. Da mesma forma, uma variação negativa pode decorrer de uma redução da dívida pública. Portanto, a análise deve ser feita em conjunto com o Balanço Patrimonial, para evitar conclusões equivocadas.

A especificação da fonte ou destinação dos recursos serve para conhecermos a origem e a aplicação dos recursos financeiros.

A legislação estabelece que deverão ser detalhadas, no mínimo, as vinculações à educação, saúde, previdência social e assistência social.

Destinação vinculada: são as receitas ou despesas cuja aplicação dos recursos é definida em lei.



Destinação ordinária: receitas e despesas que podem ser livremente alocadas, sem uma destinação previamente definida.

Entradas e saídas extraorçamentárias: são recursos financeiros de caráter temporário, dos quais o Estado é mero agente depositário. Não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA). Exemplos: emissão de moeda, depósitos em caução, fianças, empréstimo consignado a servidor público.

Assim todas a informações foram consolidadas no exercício para que pudéssemos concluir o presente Balanço Financeiro.

PARANATAMA – PE, 31/12/2022.

LAISE LEONEL PEREIRA LOPES
SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PARANATAMA

LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE
Contador

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARANATAMA
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
 Dezembro(31/12/2022)

Exercício de 2022



Pág.: 1

ISOLADO:3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANATAMA

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		7.183.814,58	8.244.025,32	DESPESA ORÇAMENTÁRIA		14.840.989,15	12.782.904,59
<u>TESOURO</u>		<u>3.585,18</u>	<u>1.413.531,77</u>	<u>ORDINÁRIO</u>		<u>0,00</u>	<u>451.805,00</u>
RECURSOS PRÓPRIOS	1	3.585,18	1.413.531,77	ORDINÁRIO	5	0,00	451.805,00
<u>TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS</u>		<u>280.928,42</u>	<u>0,00</u>	<u>TESOURO</u>		<u>10.135.702,06</u>	<u>0,00</u>
TRANSF. FUNDO A FUNDO SUS - ESTADO	1	280.928,42	0,00	RECURSOS PRÓPRIOS	5	10.135.702,06	0,00
<u>TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS</u>		<u>6.899.300,98</u>	<u>6.830.493,55</u>	<u>TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS</u>		<u>4.705.287,09</u>	<u>12.331.099,53</u>
DEMAIS TRANSF. FEDERAIS (COVID 19)	1	149.088,00	0,00	TRANSF. FUNDO A FUNDO SUS - CUSTEIO	5	4.705.287,09	12.331.099,53
TRANSF. FUNDO A FUNDO SUS - CUSTEIO	1	6.750.212,98	6.830.493,55	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		0,00	42.600,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		6.163.109,54	4.888.929,84	<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>	6	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>		<u>6.163.109,54</u>	<u>4.888.929,84</u>	<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>	6	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
REPASSE RECEBIDO	2	6.163.109,54	4.888.929,84	<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS</u>	6	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>	2	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS</u>	6	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS	2	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	6	0,00	42.600,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS	2	0,00	0,00	PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		802.889,36	557.392,12
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		2.010.303,78	1.125.212,79	<u>PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR</u>		<u>376.567,63</u>	<u>190.219,81</u>
<u>INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR</u>		<u>1.161.698,43</u>	<u>406.131,56</u>	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	7	52.758,73	0,00
INSCRIÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS	3	0,00	67.597,52	RP PROCESSADOS PAGOS	7	323.808,90	190.219,81
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	3	0,00	0,00	<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>	7	<u>416.409,01</u>	<u>367.172,31</u>
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	3	1.161.698,43	0,00	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	7	8.251,78	96.659,78
RP PROCESSADOS - INSCRITOS	3	0,00	338.534,04	OUTROS DEPÓSITOS	7	0,00	14.885,43
<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>	3	<u>838.692,63</u>	<u>719.081,23</u>	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	7	244,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	3	255.391,17	453.886,82	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	7	241.373,16	255.627,10
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	3	135.499,73	0,00	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	7	166.540,07	0,00
ISS	3	42.548,87	0,00	<u>OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</u>		<u>9.912,72</u>	<u>0,00</u>
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	3	0,00	670,00	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	7	9.912,72	0,00
PENSÃO ALIMENTÍCIA	3	2.838,00	1.711,44	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE		1.054.857,47	1.341.508,08
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	3	671,00	0,00	<u>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</u>		<u>1.054.857,47</u>	<u>1.341.508,08</u>
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	3	217.917,97	262.812,97	CAIXA	8	0,00	0,00
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	3	183.825,89	0,00	CONTA ÚNICA	8	1.054.857,47	1.341.508,08
<u>OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</u>		<u>9.912,72</u>	<u>0,00</u>	<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>	8	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	3	9.912,72	0,00	TOTAL		16.698.735,98	14.724.404,79
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR		1.341.508,08	466.236,84				
<u>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</u>		<u>1.341.508,08</u>	<u>466.236,84</u>				
CONTA ÚNICA	4	1.341.508,08	466.236,84				

VALDI PIMENTEL DE GOIS:78679753491
 Assinado de forma digital por VALDI PIMENTEL DE GOIS:78679753491
 Dados: 2023.03.14 08:16:00 -03'00'

VALDI PIMENTEL DE GOIS
 SEC. DE SAÚDE
 786.797.534-91

KARLA THAISA PEIXOTO AGOSTINHO:049070674
 Assinado de forma digital por KARLA THAISA PEIXOTO AGOSTINHO:04907067461
 Dados: 2023.03.13 20:44:17 -03'00'

KARLA THAISA PEIXOTO AGOSTINHO
 CONTADORA
 CRC-PE 029272/O-9

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE VALMIR PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARANATAMA

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Dezembro(31/12/2022)

Exercício de 2022



Pág.: 2

ISOLADO:3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANATAMA

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	4	0,00	0,00				
TOTAL		16.698.735,98	14.724.404,79				

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE VALMIR PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE
Assessoria: <https://etec.icepe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 10f69109-c442-464c-9d2a-3a15684e40b9

VALDI PIMENTEL DE
GOIS:78679753491
Assinado de forma digital por
VALDI PIMENTEL DE
GOIS:78679753491
Dados: 2023.03.14 08:16:18
-03'00'

VALDI PIMENTEL DE GOIS
SEC. DE SAÚDE
786.797.534-91

KARLA THAISA PEIXOTO
AGOSTINHO:04907067461
67461
Assinado de forma digital
por KARLA THAISA PEIXOTO
AGOSTINHO:04907067461
Dados: 2023.03.13 20:44:42
-03'00'

KARLA THAISA PEIXOTO AGOSTINHO
CONTADORA
CRC-PE 029272/O-9

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARANATAMA

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Dezembro(31/12/2022)

Exercício de 2022



Página

NOTA EXPLICATIVA

INSERIR TEXTO

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE VALMIR PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALLCANTE
Asses em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc:seam> Código do documento: 10f69109-c442-464c-9d2a-3a15684e40b9

VALDI PIMENTEL
DE
GOIS:78679753491

Assinado de forma digital
por VALDI PIMENTEL DE
GOIS:78679753491
Dados: 2023.03.14 08:16:34
-03'00'

VALDI PIMENTEL DE GOIS

SEC. DE SAÚDE

786.797.534-91

KARLA THAISA
PEIXOTO
AGOSTINHO:0490706
7461

Assinado de forma digital
por KARLA THAISA PEIXOTO
AGOSTINHO:04907067461
Dados: 2023.03.13 20:45:00
-03'00'

KARLA THAISA PEIXOTO AGOSTINHO

CONTADORA

CRC-PE 029272/O-9



NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO FINANCEIRO
Órgão: Fundo Municipal de Saúde - Exercício: 2022
Município: Paratama

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome da Entidade:

Fundo Municipal de Saúde de Paratama

CNPJ:

11.642.133/0001-88

Endereço da entidade:

Rua Roldão Guimarães, nº 90, bairro Centro, CEP: 55.355-000

Natureza jurídica da entidade:

O Fundo Municipal de Saúde de Paratama é concebido quanto à natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 120-1 “Fundo Público”.

Natureza das operações e principais atividades da entidade:

Este Fundo Municipal de Saúde possui como atividade principal a “Administração Pública em Geral”. Durante o exercício de 2022 a execução orçamentária baseou-se na Lei Municipal nº 243, de 17 de novembro de 2021 (LOA 2022). Sua atividade financeira origina-se do recolhimento de repasses financeiros da Prefeitura Municipal, repasses da União e Estado, além de doações em geral.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021 que estabeleceram o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, 9ª edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis e NBC TSP 17 – Demonstrações Contábeis Consolidadas. Por fim, este demonstrativo está em conformidade com o exigido para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público e está seguindo as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC), do TCE-PE.

Nome do Gestor:

Valdi Pimentel de Góis, cargo: Secretário de Saúde. Período de Gestão: 01/01/2021 a 31/12/2024.

Nome, CRC e e-mail do(a) contador(a) responsável:



NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO FINANCEIRO
Órgão: Fundo Municipal de Saúde - Exercício: 2022
Município: Paranatama

Karla Thaisa Peixoto Agostinho, CRC nº 029272/O-9, e-mail: karla@naap.com.br

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

Base de Mensuração utilizadas:

De acordo com o MCASP, 9ª edição, o objetivo da mensuração é selecionar bases que reflitam de modo mais adequado o custo dos serviços, a capacidade operacional e a capacidade financeira da entidade de forma que seja útil para a prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão. No caso deste município, as bases de mensuração utilizadas nos elementos patrimoniais estão de acordo com o exposto na Parte II do MCASP.

Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças que levem a alguma alteração significativa no Balanço Financeiro.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não houve julgamentos pela aplicação das políticas contábeis no que se refere ao Balanço Financeiro.

Critérios para Reconhecimento de Receita e Despesa Orçamentária:

As receitas e despesas orçamentárias estão elencadas por sua fonte/destinação de recurso. As receitas são reconhecidas pelo regime de caixa e a despesa de acordo com seu empenhamento, conforme art. 60 da Lei Federal nº 4.320/64. Ao final do exercício, as despesas empenhadas e não pagas, reconhecidas como restos a pagar, são acrescidas do lado dos “Ingressos” como “Recebimento Extraorçamentário”.

Critérios para Reconhecimento de Receita e Despesa Extraorçamentária:

As contas listadas como Receitas Extraorçamentárias são aquelas que transitaram positivamente no sistema financeiro. Enquadram-se, ainda neste grupo, os valores inscritos em restos a pagar que seguem o parágrafo único do artigo 103, da Lei Federal 4.320/64.

As contas listadas como despesas extraorçamentárias são todas aquelas cujos valores transitaram negativamente em contas do sistema financeiro.

c) BALANÇO FINANCEIRO E SEUS ASPECTOS:

O Balanço Financeiro, de acordo com o previsto no art. 103 da lei 4.320/64, evidencia a receita e a despesa orçamentárias, além dos recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em caixa provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

O Balanço Financeiro, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, 9ª edição, é composto por um único quadro que demonstra a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

- A receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recurso, separadas em ordinárias e vinculadas;
- Os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;



**NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO FINANCEIRO**

**Órgão: Fundo Municipal de Saúde - Exercício: 2022
Município: Paranatama**

- As transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e
- O saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

Receitas e Despesas ordinárias:

Compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, e despesas orçamentárias de livre alocação entre a origem e a aplicação dos recursos.

Receitas e Despesas orçamentárias vinculadas:

Compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, e despesas orçamentárias cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem. A identificação das vinculações pode ser feita por meio do mecanismo fonte/destinação de recurso. As fontes/destinações de recurso indicam como são financiadas as despesas orçamentárias, atendendo a sua legislação legal.

Transferências Financeiras concedidas e recebidas:

Refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta, podendo ser orçamentárias ou extraorçamentárias.

Recebimentos extraorçamentários:

Compreendem os ingressos não previstos no orçamento. Por exemplos: Consignações e restos a pagar.

Pagamentos extraorçamentários:

Compreendem os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária. Por exemplo: Restos a pagar pagos no exercício.

Saldo do Exercício Anterior e Saldo para o Exercício seguinte:

Compreende os recursos financeiros e o valor das entradas compensatórias no ativo e passivo financeiro, que serão demonstradas na linha Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados.

d) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

d.1) A seguir, serão demonstradas, de forma sistemática, as referências cruzadas com o título “Nota” e com seu respectivo número, baseadas nas informações do demonstrativo contábil, possibilitando uma melhor interpretação dos usuários.

Nota 1 – Receita Orçamentária:



NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO FINANCEIRO
Órgão: Fundo Municipal de Saúde - Exercício: 2022
Município: Paranatama

Esta entidade obteve uma receita orçamentária de R\$ 7.183.814,58, já consideradas as deduções para o FUNDEB (R\$ 0,00), detalhadas logo mais nesta Nota Explicativa.

Nota 2 – Transferências Financeiras Recebidas:

Essas transferências totalizaram R\$ 6.163.109,54, sendo esse montante recebido das seguintes entidades:

-R\$ 6.163.109,54 da Prefeitura de Paranatama

Nota 3 – Recebimentos Extraorçamentários:

Houve ingressos extraorçamentários provenientes de Inscrição de Restos a Pagar (R\$ 1.161.698,43), Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados (R\$ 838.692,63) e de Outros Recebimentos Extraorçamentários (R\$ 9.912,72), o que totaliza R\$ 2.010.303,78.

Nota 4 – Saldos do Exercício Anterior:

O valor disponível em banco foi R\$ 1.341.508,08.

Nota 5 – Despesa Orçamentária:

A despesa orçamentária empenhada totalizou R\$ 14.840.989,15.

Nota 6 – Transferências Financeiras Concedidas:

Essas transferências totalizaram R\$ 0,00, sendo esse montante transferido às seguintes entidades:

-R\$ 0,00 à Prefeitura de Paranatama

Nota 7 – Pagamentos Extraorçamentários:

Houve pagamentos de Restos a Pagar (R\$ 376.567,63), Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados (R\$ 416.409,01) e Outros Pagamentos Extraorçamentários (R\$ 9.912,72), totalizando R\$ 802.889,36.

Nota 8 – Saldo para o Exercício Seguinte:

O saldo para 2023 totalizou R\$ 1.054.857,47.



NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO FINANCEIRO
Órgão: Fundo Municipal de Saúde - Exercício: 2022
Município: Paratama

Ao comparar a disponibilidade bancária do final do exercício de 2021 (R\$ 1.341.508,08) com o valor disponível em 31/12/2022 (R\$ 1.054.857,47), houve uma variação negativa de R\$ 286.650,61.

e) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

2. Divulgações não financeiras:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

3. Reconhecimentos de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

4. Ajustes decorrentes de omissões e erros de registro:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

f) INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOLICITADAS NOS ANEXOS XIX E XXI DA RESOLUÇÃO TC Nº 189, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022:

1. Eventuais Ajustes Relacionados às Retenções, bem como Outras Operações que impactem diretamente o Balanço Financeiro:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

2. Detalhamento das Deduções da Receita Orçamentária por Fonte/Destinação de Recursos:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

3. Saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa mantidos, que não estão disponíveis para uso imediato:

Saldo em 31/12/2021:	Saldo em 31/12/2022:
R\$ 0,00	R\$ 0,00



NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO FINANCEIRO
Órgão: Fundo Municipal de Saúde - Exercício: 2022
Município: Paranatama

4. Informações relevantes sobre Transações de Investimento e Financiamento que não envolvem o uso de caixa:

Saldo em 31/12/2021:	Saldo em 31/12/2022:
R\$ 0,00	R\$ 0,00

1. Adequação ao PIPCP:

As informações apresentadas neste Balanço, com base nos seus elementos constituintes e suas peculiaridades, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao §4º do artigo 1º da Portaria STN nº 548/2015.

VALDI PIMENTEL DE
GOIS:7867975349
1

Assinado de forma digital por VALDI PIMENTEL DE GOIS:7867975349
Dados: 2023.03.14 08:16:54 -03'00'

Valdi Pimentel de Góis
Gestor

KARLA THAISA PEIXOTO
AGOSTINHO:04907067461
461

Assinado de forma digital por KARLA THAISA PEIXOTO AGOSTINHO:04907067461
Dados: 2023.03.13 20:45:23 -03'00'

Karla Thaisa Peixoto Agostinho
Contadora
CRC-PE nº 029272/O-9

Paranatama, 13/03/2023